



Líbia: Parlamento Europeu apoia zona de exclusão aérea para impedir ataques à população civil

Sessão plenária

O Parlamento Europeu pediu hoje aos Estados-Membros que se "mantenham disponíveis" para uma decisão do Conselho de Segurança da ONU sobre a possibilidade de uma zona de exclusão aérea destinada a impedir o regime líbio de atacar a população civil.

Numa resolução hoje aprovada sobre a Líbia, na véspera do Conselho Europeu que amanhã se reúne em Bruxelas, os eurodeputados instam a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros a "estabelecer relações" com o Conselho Nacional de Transição da Líbia e a "dar início ao processo para o seu reconhecimento oficial", a fim de encorajar a transição para a democracia.

"A UE e os seus Estados-Membros devem honrar o seu dever de protecção, de modo a salvar a população civil da Líbia de ataques armados em larga escala", diz o Parlamento Europeu, declarando que "nenhuma opção prevista na Carta das Nações Unidas pode ser descartada".

O PE pede aos Estados-Membros que se "mantenham disponíveis" para uma decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre novas medidas a aplicar à Líbia, "incluindo a possibilidade de uma zona de exclusão aérea destinada a impedir o regime de atacar a população civil".

As medidas adoptadas pela UE e pelos seus Estados-Membros "devem ser conformes com um mandato das Nações Unidas e assentar numa coordenação com a Liga Árabe e a União Africana", acrescenta o PE na resolução hoje aprovada por **584 votos a favor, 18 contra e 18 abstenções**.

Durante o debate em plenário, apenas o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia afirmou explicitamente ser contra a zona de exclusão aérea. "Somos contra qualquer intervenção militar, incluindo a medida que lhes pode abrir as portas, a zona de exclusão aérea. Falou-se aqui em lucidez. Nós temos a experiência, sabemos como começam as medidas militares e sabemos como elas nunca acabam quando começam", disse o eurodeputado português **Miguel Portas**, falando em nome do grupo.

Ana Gomes (S&D), relatora do Parlamento Europeu sobre a Líbia, disse que, "face à retaliação de Kadhafi contra o seu povo, a UE deve exercer a sua responsabilidade de protecção, ajudando a impor uma zona de exclusão aérea".

Reconhecimento oficial do Conselho Nacional de Transição da Líbia

O PE insta a Alta Representante Catherine Ashton a "estabelecer relações" com o Conselho Nacional de Transição da Líbia (CNTL) e a "dar início ao processo para o seu reconhecimento oficial", a fim de encorajar a transição para a democracia, assegurar o envolvimento de um amplo espectro de representantes da sociedade líbia e reforçar o papel das mulheres e das minorias no processo de transição.

Comunicado de imprensa

A Alta Representante deverá também "apoiar o CNTL na zona libertada", de modo a aliviar a pressão sobre a população local e a satisfazer as suas necessidades humanitárias básicas.

Apoio aos refugiados

O Parlamento Europeu está profundamente preocupado com a crescente crise humanitária. Mais de 200 mil migrantes estão a fugir da violência na Líbia, ficando muitos deles retidos na fronteira entre a Líbia e a Tunísia e outros em campos de refugiados na Tunísia, no Egito e no Níger.

Os eurodeputados instam a UE a "disponibilizar todos os recursos financeiros e humanos necessários para apoiar uma sólida operação humanitária internacional" e apelam também aos Estados-Membros para que assegurem meios de transporte aéreos e marítimos para facilitar o repatriamento ou a reinstalação de migrantes, requerentes de asilo e refugiados provenientes da Líbia.

A Comissão Europeia deve velar por que existam os recursos financeiros, humanos e técnicos apropriados para "garantir que a UE esteja em condições de dar uma resposta adequada em caso de grande movimento migratório", tendo em conta o princípio da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades entre os Estados-Membros consagrado no Tratado.

Medidas adicionais

Para além de apoiar a possibilidade de uma zona de exclusão aérea e querer uma resposta adequada da UE para lidar com os fluxos migratórios, o PE propõe ainda as seguintes medidas:

- o congelamento de bens deve incluir os fundos geridos pela Autoridade de Investimento da Líbia e as receitas provenientes das vendas de petróleo e de gás; os bens congelados devem ser no futuro restituídos ao povo líbio;
- o desenvolvimento de uma Política Europeia de Vizinhança mais ambiciosa e eficiente, que confira prioridade a critérios relacionados com a independência da magistratura, o respeito pelas liberdades fundamentais, o pluralismo e a liberdade de imprensa e a luta contra a corrupção;
- o envio de uma comissão de inquérito internacional independente à Líbia para investigar todas as alegadas violações do direito internacional referente aos direitos humanos no país (proposta avançada numa resolução, também hoje aprovada em plenário, sobre a 16.ª sessão do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas).

Contacto :

Isabel Teixeira NADKARNI

PT

Serviço de Imprensa - Assessora de imprensa portuguesa

BXL: (+32) 2 28 32198

STR: (+33) 3 881 76758

PORT: (+32) 498 98 33 36

EMAIL: imprensa-PT@europarl.europa.eu

Maria ANDRÉS MARIN

AFET/DROI/SEDE

Serviço de Imprensa - Assessora para os assuntos externos

PORT: (+32) 498 98 13 45

EMAIL: foreign-press@europarl.europa.eu